



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

FAZENDA DELGADO

CPF: [REDACTED]



PERÍODO DA AÇÃO: 19/07/2016 a 29/07/2016.

LOCAL: Dr. Ulisses/PR.

ATIVIDADE: Extração de Resinas de Pinus. 0220-9199

NÚMERO DA OPERAÇÃO: 62/2016

NÚMERO SISACTE: 2493



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ÍNDICE

A) EQUIPE.	03
B) IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR.	04
C) DA SITUAÇÃO ENCONTRADA.	04
D) CONCLUSÃO.	05



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

A) EQUIPE

1.1 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Coordenador e Subcoordenador

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

POLÍCIA FEDERAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

B) IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

Empregador: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

Endereço do local objeto da ação fiscal: Fazenda Delgado, Estrada Dr. Ulisses a Itapirapuã, bairro Feital, zona rural, Dr. Ulisses/PR.

Endereço para correspondência: [REDACTED]

Telefone de contato: -

C) DA SITUAÇÃO ENCONTRADA

O Grupo Especial de Combate ao Trabalho Escravo - GEFM, constituído por Auditores Fiscais do Trabalho, Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Defensora Pública da União, e Representantes da Polícia Federal, foi destacado, conforme planejamento para fiscalização em empregador rural, no município de Dr. Ulisses/PR, com indícios de trabalho em condições degradantes.

Em atenção a Ordem de Serviço emitida a fim de averiguar denúncia, a equipe desencadeou, no dia 23.07.2016, a ação fiscal sobre o empregador em epígrafe, que atua no ramo de reflorestamento, mais especificamente de extração de resina de pinus.

À Fazenda Delgado chega-se partindo de Dr. Ulisses sentido Itapirapuã Paulista. Mantém-se à direita nas duas bifurcações com placas indicativas de 1,3 Km e 3,2 Km de Dr. Ulisses. Na bifurcação do Km 5,7 mantém-se à esquerda. Anda-se por mais cerca de 3km e entra-se na primeira entrada à direita, seguindo-se até a entrada da propriedade, cujas coordenadas geográficas são S25°13'53.3" e W48°41'05.32".

Em frente de serviço de extração de resina, encontrada na Fazenda, foi encontrado o trabalhador [REDACTED] que estava recolhendo alguns galhos. O trabalhador informou que sua CTPS, juntamente com as de outros 20 trabalhadores, foi entregue ao



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

proprietário da fazenda, Sr. [REDACTED] logo após a visita de auditoria fiscal no local, há cerca de 50 dias.

Mais à frente, foi encontrado o trabalhador [REDACTED] que estava operando motosserra. Referido trabalhador confirmou que a propriedade rural havia sido recentemente fiscalizada e que por isso algumas melhorias estavam sendo implementadas.

Na sede da fazenda, o empregador, Sr. [REDACTED] conhecido por "Português", apresentou à equipe do GEFM, Notificação de Apresentação de Documentos – NAD nº 22-78336, de 07/06/2016 emitida pela AFT [REDACTED], CIF [REDACTED] e informou que a propriedade continuava sob fiscalização de equipe de auditores.

Em contato com AFT [REDACTED] o GEFM foi informado que a fiscalização na Fazenda Delgado é relativa à denúncia acima identificada, que continua em curso e que foi cadastrada no Relatório de Inspeção – RI nº 11987060-6 e Ordem de Serviço – OS nº 7759136-4.

D) CONCLUSÃO

É o que tínhamos a reportar neste relatório. Encaminhamos à superior consideração, com nossos protestos de estima e consideração, permanecendo à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Reiteramos não terem sido encontrados trabalhadores em condições análogas às de escravo no curso da fiscalização ora relatada.

Brasília, 29 de julho de 2016.

[REDACTED]

Coordenador do GEFM